

A família Almeida Jordão na formação da comunidade mercantil carioca (c.1690-c.1750).

Antonio Carlos Jucá de Sampaio
Professor Adjunto da UFRJ

No alvorecer do setecentos: estratégias familiares e a formação da nova elite mercantil carioca

Em 1692, o procurador da Câmara da cidade do Rio de Janeiro escreve ao Conselho Ultramarino, relatando a inconveniência da existência de um único trapiche na cidade para o carregamento dos açúcares nas frotas que demandavam seu porto ¹.

*“Na ocasião da carga dos navios da frota daquela cidade, não somente se impede o serviço de Vossa Majestade na expedição dela, mas também padece muito o bem comum, por falta de haver trapiches e balanças para se recolherem e pesarem as caixas de açúcar, assim dos **homens de negócio** [grifo nosso] como dos mais lavradores deste gênero, e pretendendo este Senado evitar este dano, e satisfazer a queixa geral de todos os moradores de seu distrito, concedeu licença a Francisco de Almeida Jordão e ao capitão Manuel Mendes de Almeida para poderem fazer um trapiche, e ter nele balança para recolhimento das caixas”.*

A obra, porém, foi embargada por Francisco de Oliveira Leitão, que arrendara o trapiche construído por Salvador Correia de Sá e Benevides em terreno aforado pela Câmara para este fim, com cláusula de que não se levantaria nenhum outro trapiche na cidade. Daí decorre uma longa disputa judicial que, segundo Vivaldo Coaracy, foi vencida pela Viscondessa de Asseca, herdeira de Salvador Correia e quem aforara o trapiche a Leitão ².

¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Catálogo Castro Almeida (doravante, AHU, Cat. CA), doc. 1813. Consulta do Conselho Ultramarino de 9 de novembro de 1692.

² Para mais detalhes sobre essa disputa, ver: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 78-79.

Esse documento é de grande importância devido a seus diversos significados. Em primeiro lugar, é uma das primeiras ocasiões em que os homens de negócio são citados, enquanto grupo mercantil específico, na cidade do Rio de Janeiro. Tal fato marca um processo de gradual distinção entre elite agrária e elite mercantil que se aprofundará no século XVIII. Por outro lado, esta disputa é parte de uma queda de braço entre a Câmara e a família Correia de Sá que se estenderá ainda por grande parte da centúria seguinte. Entretanto, o que nos interessa aqui de perto é a centralidade desempenhada nesse processo por Francisco de Almeida Jordão³.

Francisco não era, naturalmente, um recém-chegado às plagas cariocas em 1692. Na verdade, no já então distante ano de 1668 ele se casara com Helena de Faria, filha de Brás de Faria e de Catarina Antunes, e com a qual teve dez filhos⁴. Nas escrituras públicas que conseguimos recuperar Almeida Jordão aparece relativamente pouco, apenas cinco vezes. Na primeira, em 1680, ele surge como credor de Belchior Cardoso, por um empréstimo de 100\$620⁵. Na última, em 1708, surge vendendo uma casa térrea ao Doutor Domingos Teixeira da Mota por 1:280\$000⁶. Nada, enfim, especialmente brilhante e que lhe garantisse um lugar de destaque no meio da comunidade mercantil carioca.

O quadro transforma-se radicalmente, porém, quando voltamos nossa análise para os descendentes de Almeida Jordão. Ao analisá-los não podemos negar o papel central que tal família desempenha no contexto carioca e, mais do que isso, estende ao outro lado do Atlântico.

De seus dez filhos, vemos que somente a última, uma menina, morre com apenas seis dias de vida. Os demais conseguem alcançar a idade adulta⁷, dos quais cinco eram homens e quatro mulheres. Dentre os homens, nada menos que três foram direcionados para a carreira religiosa, tornando-se carmelitas (frei Francisco de Santa Helena, frei Lourenço da Trindade e frei José do Nascimento). Os outros dois, o doutor João Mendes de Almeida e Inácio de Almeida Jordão tornaram-se homens de negócio.

³ Sobre o capitão Manuel Mendes de Almeida sabemos muito pouco. Creio que era irmão ou pelo menos parente de Francisco. Isso porque esse era filho de (...) Mendes e de Ana Fernandes. Além disso, um dos filhos de Francisco chamava-se João Mendes de Almeida. Ver: RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliense Editora, 1965, v.1, p. 39. O capitão Manuel aparece como credor em uma confissão de dívida em 1689 e num empréstimo a juros de 1690: Arquivo Nacional (doravante AN), cartório do quarto ofício de notas, livro 1, p. 25v e 57v, respectivamente.

⁴ RHEINGANTZ, Carlos. *op. cit.*, p. 39.

⁵ AN, Cartório do Primeiro Ofício de Notas (doravante CPON), L. 54, f. 240.

⁶ AN, CPON, L. 75. s/p.

⁷ Salvo ressalva em contrário, todas as informações aqui apresentadas são retiradas de: RHEINGANTZ, Carlos. *op. cit.*, p. 39-40.

Já entre as mulheres, três casaram-se com alguns dos mais importantes negociantes cariocas do início do século XVIII. A quarta, Catarina de Almeida, casou-se com o capitão-de-mar-e-guerra José Soares de Andrade.

Estes dados, por si só, já tornavam essa família única no conjunto das famílias de negociantes do período. Era bastante incomum a presença de homens de negócio na segunda geração de tais famílias. Geralmente só o fundador da família dedicava-se à atividade mercantil, enquanto seus filhos acabavam optando por carreiras bem menos lucrativas, mas sem dúvida mais prestigiosas, como as diversas opções de carreira oferecidas pela coroa portuguesa.

Exemplo desse percurso encontramos na família de Francisco de Seixas da Fonseca, falecido em 1730 com uma fortuna de 105:356\$045, ou 28.975,81 libras ⁸, o que garantiria sua inclusão na elite econômica fluminense mesmo no século XIX. Dos seus treze filhos ⁹(dos quais cinco homens), não encontramos nenhum como negociante. Entre as oito mulheres, quatro eram freiras no convento de Nossa Senhora de Chellas, e outras duas estavam aí recolhidas, sem que ainda tivessem definido suas vocações. As duas restantes encontravam-se já casadas nesta data. Dona Narcisa Catarina da Fonseca casara no início da década de 1720 com o desembargador Francisco da Cunha Lobo, enquanto sua irmã, dona Francisca de Seixas da Fonseca, casou-se alguns anos depois com o tenente-general das Minas, Bernardo da Silva Ferrão, familiar do Santo Ofício, e fundou com esse matrimônio uma das mais importantes famílias mineiras.

É claro que a não-identificação como negociante não significava o abandono total da atividade mercantil. Num sistema mercantil com uma arquitetura aberta, como o português, não era difícil para os não-comerciantes dedicarem-se ainda que parcialmente a tal atividade. Contudo, é também inegável que a capacidade de acumulação de tais indivíduos era bastante distinta da que encontramos entre os homens de negócio ¹⁰.

⁸ AMSB, Coleção Inventários e testamentos, doc. 284 (1730).

⁹ As informações aqui apresentadas são retiradas de: RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, 1965, Vol. 3, fascículo 3º, pp. 144s; AMSB, doc. 812 – Testamento de Francisco de Seixas da Fonseca e 824 – Inventário de Francisco de Seixas da Fonseca.

¹⁰ Para uma análise detalhada do sistema mercantil português e de sua influência nas estratégias de acumulação dos distintos grupos sociais, veja-se: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750)” in: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 73-105.

O resultado desse afastamento familiar da atividade mercantil a partir da segunda geração é que, dos 102 homens de negócio para os quais conseguimos identificar o local de nascimento, somente 10 (9,8%) eram cariocas, sendo os demais portugueses ou estrangeiros. Repare-se que esses 102 nomes foram retirados basicamente dos dados de Carlos Rheingantz e do Rol dos investigados pela inquisição. Trata-se, portanto, de indivíduos que se fixaram e constituíram família no Rio de Janeiro, e não de comerciantes que simplesmente passaram pela cidade em algum momento de sua trajetória. Em outras palavras, o afastamento da atividade mercantil pode ser descrita como uma verdadeira estratégia de enraizamento desse grupo na sociedade colonial.

Nada mais diferente do que encontramos na família Almeida Jordão. Não por acaso, nada menos que três dos 10 negociantes cariocas citados acima pertenciam a essa família¹¹ (33,3%). Mais do que isso, a atuação de seus membros formava uma intrincada rede de interesses, como veremos adiante.

Começamos nossa análise pelos dois filhos de Francisco que se dedicaram às lides mercantis, Inácio de Almeida Jordão e João Mendes de Almeida.

É de fato difícil pensar a atuação de ambos separadamente. As fontes mostram claramente a integração entre eles. João era doutor, formado em direito em Coimbra e morador em Lisboa, mas nem por isso abandonou o comércio. Em documento de 1731, o governador do Rio de Janeiro Luís Vahia Monteiro refere-se a ele como “*homem de negócio desta corte [de Lisboa]*”¹². Ainda segundo o governador, ele e seu irmão estariam envolvidos no contrabando de ouro em pó, o que ficaria provado pela troca de correspondências entre os dois, que Vahia interceptara. Tratava-se, portanto, de uma rede mercantil que ligava os dois extremos do Atlântico via laços familiares. Este tipo de arranjo familiar nem de longe era excepcional. Em 1742, por exemplo, vemos a formação de uma sociedade entre João Gomes de Campos, Manuel Gomes de Campos, Geraldo Gomes de Campos e João Gonçalves Silva¹³. Entre os sócios, pelo menos os dois primeiros eram irmãos, sendo que Manuel vivia em Lisboa, onde seria o caixa da companhia e de onde enviaria carregarções para os demais sócios, situados na praça carioca.

¹¹ Além dos dois citados acima, temos também Paulo Pinto de Faria, neto de Francisco de Almeida Jordão e que será citado mais adiante.

¹² AHU, Cat. CA. Doc. 6786 (31/01/1731).

¹³ AN, Cartório do Segundo Ofício de Notas (doravante CSON), L. 54, f. 228.

Segundo Jorge Pedreira, essa era uma prática comum na metrópole, que podia se dar pela relação informal entre os irmãos ou, até mesmo, pela formação de sociedades formalmente constituídas¹⁴. O que tornava a sociedade (ainda que informal) entre João e Inácio algo original era o fato de que a ida do primeiro a Portugal não era um retorno ao reino de um comerciante lusitano, e sim o estabelecimento de um liame entre o reino e o Brasil por parte de comerciantes cariocas. Mais ainda: se João foi para Portugal e de lá não retornou, não devemos daí supor que Inácio tenha se contentado em simplesmente permanecer no Brasil. Pelo contrário, vamos encontrá-lo em 1710 em Lisboa, casando-se com Teresa Inácia de Andrade. E se em 1731 encontramos-lo no Rio, já em 1736 e em janeiro de 1739 ele aparece como procurador em Lisboa do capitão José de Águila Moreira, junto com seu irmão¹⁵. Mas em novembro do mesmo ano ele é designado procurador na praça carioca de Ventura Rodrigues Velho, homem de negócio em São Paulo¹⁶. É importante ter em conta que a designação de um procurador em determinado lugar não significava necessariamente que o mesmo aí já se encontrasse, mas frequentemente uma expectativa (uma partida próxima, por exemplo). Seja como for, tanto o casamento quanto as procurações mostram que Inácio possuía laços muito mais sólidos com o reino do que poderia supor uma simples troca de correspondência com seu irmão.

Inácio de Almeida Jordão é, sem sombra de dúvida, um dos principais homens de negócio cariocas de seu tempo. Em nova denúncia de contrabando de ouro em pó contra ele, o governador Gomes Freire designa-o como o “primeiro homem daquela praça”¹⁷ em 1734. Esse documento é extremamente interessante, pois mostra que as vinculações atlânticas de Inácio não eram somente com Lisboa e não envolviam necessariamente o irmão. Na verdade, tratava-se do envio de ouro para São Tomé, através do qual se poderia fazer “grandes conveniências” no comércio com a Costa da Mina. O articulador desse sistema de contrabando era ninguém menos que o vigário geral de São Tomé, em acordo com o ouvidor geral, João Coelho de Souza. O ouro era usado para comerciar com os holandeses, com quem o vigário já se ajustara. Na galera apreendida após a descoberta desse esquema encontrou-se nada menos que

¹⁴ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana “Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)”. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (Tese de doutorado), pp. 245-253.

¹⁵ Respectivamente: AN, CSON, L. 48, f. 75v e L. 51, f. 35v.

¹⁶ AN, CSON, L. 51, p. 230.

¹⁷ AHU, Cat. CA. Doc. 8564. Consulta do Conselho Ultramarino sobre informações do governador do Rio de Janeiro sobre uma sociedade montada para descaminho do ouro e tráfico de escravos na Costa da Mina (4/05/1735). A carta do governador que dá origem à denúncia é de novembro de 1734.

*“153 marcos e 6 onças de ouro em pó, em várias mãos no mesmo navio, em moeda de ouro e de prata provincial, e alguma prata lavrada, 27 ou 28000 cruzados [10:800\$000 ou 11:200\$000], que tudo ficava na Fazenda Real, e a mais carga do navio nos armazéns, e que se via serem os interessados Inácio da Silva Jordão, o ouvidor da Ilha de São Tomé, João Coelho de Souza, Quintino dos Santos, o capitão da embarcação, Antônio de Araújo Cerqueira”*¹⁸.

Apesar de condenado a três anos de prisão, Inácio acabou solto após o julgamento, mas teve dificuldade em reaver seus bens, segundo Ernst Pijning¹⁹.

Ainda no ano de 1734 encontramos-lo como contratador do sal²⁰ e como procurador no Rio de Janeiro do contratador do direito dos escravos, Henrique Pedro Dauvergne, juntamente com João Martins Brito²¹.

Entretanto, a atuação de Inácio de Almeida Jordão, ou mesmo seus vínculos com o irmão, conta-nos apenas parte da história. Voltemos ao que foi dito acima, ou seja, ao fato de que as irmãs de João e Inácio casaram-se com importantes homens de negócio.

Helena de Faria, nascida em 1682, contraiu matrimônio em 1708 com Paulo Carvalho da Silva. Silva é um negociante pouco presente nas escrituras, mas com um papel significativo na comunidade mercantil do período, como podemos ver, por exemplo, na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino. Ele é, por exemplo, um dos signatários da representação feita pelos homens de negócio da praça carioca contra a morosidade dos despachos da Alfândega, em 1726²². É também um dos 35 homens de negócio descritos como moedeiros em 1735²³.

Muito mais significativo, no entanto, é o casamento de Maria de Almeida com Inácio da Silva Medela em 1704. Este, ao falecer em 1746 deixou dívidas ativas num valor total de mais de 131:000\$000, que representavam a maior parte de sua fortuna, que englobava ainda quatro sobrados e oito casas térreas na cidade do Rio de Janeiro,

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ PIJNING, Ernst. “Controlling contraband: mentality, economy and society in the eighteenth-century Rio de Janeiro.” Baltimore, Johns Hopkins University, 1997 (Tese de doutorado), p. 389.

²⁰ AN, Secretaria de Estado do Brasil, Cód. 87, v.6.

²¹ AHU, Cat. CA, doc. 10055.

²² AHU, Cat. CA, doc. 5270.

²³ AHU, Cat. CA, doc. 8612.

além de terras situadas no recôncavo da Baía de Guanabara ²⁴. Como era viúvo e sem filhos ao morrer, Medela legou grande parte de sua fortuna a instituições de caridade no Rio de Janeiro e em sua Barcelos natal. Entretanto, e isso é aqui o mais importante, acabou deixando grande parte da mesma para os parentes da sua mulher, ou seja, para a família Almeida Jordão.

Entretanto, a irmã que mais nos chama a atenção, tanto pela originalidade de sua atuação quanto pela possibilidade de acompanharmos sua descendência, é dona Ana de Faria. Esta se casa em 1698 com Paulo Pinto, familiar do Santo Ofício. Embora apareça pouco em nossa documentação, sabemos que ele foi um dos maiores contribuintes no pagamento do resgate da cidade aos franceses, em 1711 ²⁵. O que torna esse casal único é a atuação de Ana após a sua morte, em 1723. Entre 1728 e 1739, ano de seu falecimento, ela aparece em condições tão distintas quanto a de fiadora de uma carregação para as Minas²⁶ e credora de uma dívida no substancial valor de 6:400\$000²⁷. Tratava-se, num certo sentido, de uma espécie de “mulher de negócios”, que em muito diferia do padrão de atuação feminino no período. Entretanto, é sobretudo através da atuação de seus filhos e netos que este casal destaca-se na história familiar.

Rheingantz indica somente a existência de dois filhos de Paulo Pinto e Ana de Faria. A primeira é dona Helena da Cruz Pinto, nascida em 1703 e casada em 1717 com o mestre de campo Manuel de Almeida Castelo Branco, ex-governador da praça do Rio de Janeiro. A primeira filha do casal, dona Maria Inácia de Almeida Castelo Branco, teria por padrinho o conde de Assumar. Teriam no Rio ainda mais dois filhos, Inácio e dona Ana Joaquina de Almeida Castelo Branco. Depois de 1723 o casal mudou-se com os filhos para Portugal. Lá, dona Maria Inácia casou-se em 1752 com Hermano José Braancamp, fundador de uma das mais importantes famílias de negociantes portugueses da época²⁸. Deste casamento descendem os condes de Sobral e de Margarida.

²⁴ MARTINS, William de Souza. “Caridade e clientelismo no Rio de Janeiro setecentista: a testamentária de Inácio da Silva Medela à Ordem Terceira de São Francisco”. *Anais da XX Reunião da SBPH*. Rio de Janeiro, SBPH, 2000, p. 172. Se a esse valor somarmos os mais de 10:000\$000 que Medella doou em vida à Santa Casa da Misericórdia, ficará claro que estamos diante de uma das maiores fortunas da América portuguesa em todo o período colonial.

²⁵ “Memória do descobrimento e fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, *In : RIHGB*, tomo 21. Rio de Janeiro, IHGB, 1858, pp. 30s.

²⁶ AN, Códice 1002. Livro das pessoas que passam para as Minas (1727-1728).

²⁷ AN, CSON, l. 48, f. 197.

²⁸ Braancamp era holandês, filho de um comerciante de Amsterdam e tornou-se influente durante o governo pombalino devido à sua intervenção no comércio de diamantes. Seu primogênito com dona Maria Inácia foi ninguém menos que Geraldo Wenceslao Braancamp de Almeida Castelo Branco, uma

Temos, portanto, que a presença de João Mendes de Almeida em Portugal não era, de forma alguma, um fato isolado, mas sim parte de uma evidente estratégia familiar de aliança com setores não só da elite mercantil portuguesa como também com a alta burocracia. Não por acaso, Catarina de Almeida, irmã de Inácio de Almeida Jordão e de João Mendes de Almeida e tia de Helena da Cruz, casou-se em 1709 com o capitão-de-mar-e-guerra José Soares de Andrade. Este casal também se muda para Portugal, e em 1739 José Soares aparece no Rio de Janeiro como capitão de uma das duas naus de guerra que estavam na cidade acompanhando a frota e, junto com seu filho Antonio de Almeida Soares, nomeia como seus procuradores na cidade, entre outros, sua cunhada Ana de Faria ²⁹.

Esta ida quase contínua de membros da família para o reino indica claramente uma estratégia de ascensão social bastante ambiciosa, que passava por alianças no centro do império com grupos sociais enobrecidos, ainda que não propriamente nobres. Mas não era só isso. Essa contínua migração jamais significou um abandono do Brasil ou, mais especificamente, do Rio de Janeiro. A permanência aqui de um tronco familiar mostra o quanto era importante a manutenção de fortes vínculos com aquela que era, então, a principal encruzilhada do império ³⁰.

Para compreender essa permanência, nada melhor que voltar a atenção para o outro filho de Ana de Faria e Paulo Pinto, Paulo Pinto de Faria, nascido em 1705 e cavaleiro da Ordem de Cristo como o pai. Será também o representante da terceira geração de homens de negócio na mesma família. A própria existência dessa terceira geração é sem dúvida excepcional em se tratando do padrão mercantil existente no império português. Mouzinho da Silveira, sempre tão crítico em relação aos comerciantes lusitanos, afirmava que “*não há em Lisboa uma casa de comércio de três gerações seguidas em linha direita*” ³¹. No que pese o exagero, fica evidente a noção da extrema raridade do neto seguir o ofício mercantil de seu avô. Pedreira ressalta que essa permanência familiar era rara mesmo na Inglaterra ³². No caso da família Almeida Jordão, embora não tenhamos encontrado indícios claros de permanência na atividade mercantil após a terceira geração, veremos que isso não impediu a continuação do

das maiores fortunas mercantis portuguesas no último quartel do século XVIII. Este casou-se com a filha do não menos poderoso Anselmo José da Cruz e tornou-se, em 1813, barão. Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Op. cit.*, p. 228-229.

²⁹ AN, CSON, l. 51, f. 28v.

³⁰ Para uma análise detalhada do papel do Rio de Janeiro no império português na primeira metade do século XVIII, ver: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império...*, cap. 3.

³¹ Apud: PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Op. cit.*, p. 143.